

PROCESSO Nº

-42/23-

REG. PROC. Nº

FL. 1

FOLHA Nº



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº: 42

Tipo de Documento: Projeto de Lei Ordinária

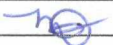
Nº: 16

Ano: 2023

Ementa: "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO, QUE CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS FM COMUNICAR O FATO DE IMEDIATO À

Autor: CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS

Aos 03 dias do mês de março de 2023, autuo
o PL nº 16/23 em fôrta.

Eu,  subscrevi.

Autógrafo de Lei 18/23



CÂMARA MUNICIPAL DE
LEME/SP

C.M. LEME	
Pr 42123	Fis 02

Câmara Municipal de Leme



Protocolo

306

Processo

42

Data/Hora: 03/03/2023 15:09:07

MARIA VIRGINIA DO AMARAL MANCINI

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.

PROJETO DE LEI Nº 16 / 2023

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO, QUE CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS, EM COMUNICAR O FATO DE IMEDIATO À POLÍCIA CIVIL OU A GUARDA CIVIL MUNICIPAL."

Artigo 1º - Os responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, ficam obrigados, a notificar à Polícia Civil ou a Guarda Civil Municipal, ou através da DEPA (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal), os casos em que forem constatados indícios de maus_tratos contra animal.

§ 1º - A notificação de que trata o caput conterá:

- I- Nome e endereço da pessoa que estiver acompanhando o animal no momento do atendimento;
- II- Relatório do atendimento prestado, incluindo a espécie, a raça e as características físicas do animal, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados.

§ 2º - O descumprimento do disposto no caput sujeitará o infrator às sanções legais previstas.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 03 de março de 2023.

CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS
Vereadora

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016

RUA DR. QUERUBINO SOEIRO, 231 – CENTRO – LEME/SP – CEP 13610-080 – PABX: 3097-0100
EMAIL: secretaria@camaraleme.sp.gov.br - SITE: camaraleme.sp.gov.br; PÁGINA FACEBOOK: @camaralemesp



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP

C.M. LEME	
Pf 42/23	Fis 03
mg	

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa despertar a atenção de todos para o grande número de ocorrências de maus tratos aos animais. Os Médicos Veterinários constatarem indícios de graves lesões nos animais, incluindo inclusive prática de crueldade e episódios de grave desnutrição. Os maus-tratos são constatados também, por Pet Shops e Estabelecimentos que comercializam remédios e alimentos para animais. Quando o profissional verificar maus-tratos a animais de qualquer espécie, sejam domésticos, domesticados, silvestres ou exóticos - como abandono, envenenamento, presos em correntes ou cordas curtas, mutilação, pânico, estresse, agressão física, animais debilitados ou desnutridos, em sendo profissional da área, deverá, de imediato comunicar as autoridades competentes. Deverá lavrar Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia mais próxima da Clínica ou estabelecimento ou ligar para polícia, denunciar ao Ibama, vigilância sanitária ou zoonoses.

Dessa forma, roga-se aos Nobres Pares desta Casa de Leis, o valoroso apoio para a Aprovação do Presente Projeto, que muito contribuirá, para que os Veterinários e demais profissionais que trabalham com animais, se juntem na defesa dos animais.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 03 de março de 2023.

CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS
Vereadora



Projeto de Lei nº 16/2023

Ementa: “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, que constatarem indícios de maus tratos aos animais atendidos, em comunicar o fato de imediato à Policial Civil ou a Guarda Civil Municipal.

Autoria: Vereadora Cintia Cristina Grossklauss

PARECER JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA

Senhor Presidente,

O presente Projeto de Lei **Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimento de atendimento veterinário, que constatarem indícios de maus tratos aos animais atendidos, em comunicar o fato de imediato à Policial Civil ou a Guarda Civil Municipal.**

É o breve relato. Opino.

De inicio, convém, ressaltar que se trata de Parecer jurídico opinativo, tecendo considerações de ordem técnico-opinativo. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs seu entendimento, *in verbis*:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão de Administração Pública não é ato administrativo. Nada mais é do que opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, isto é, ato opinativo que poderia ser, ou não considerado pelo administrador".(Mandado de Segurança 24.584-1. Distrito Federal. Relator Ministro Marco Aurélio de Mello - STF).

Portanto, não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade no que pese aos projetos



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 43/23	Fis 05

apresentados nesta Casa Legislativa; a análise está restrita aos aspectos de legalidade, para efeito de admissibilidade e tramitação.

De forma que busca a nobre vereadora autora do projeto aperfeiçoar a legislação municipal à aplicação e preservação dos direitos dos animais, evitando os maus tratos, impondo a obrigação legal aos responsáveis de notificarem as autoridades competentes, diante de algum fato que viole a integridade de qualquer espécie de animal, além ainda, de sujeitar os infratores as sanções legais previstas.

Oportuno é dizer que o projeto em questão, sob o pretexto de interesse local é legal e constitucional, assim como, não encontra óbice no tocante a sua iniciativa na esfera Municipal, já que a nossa Lei Orgânica prevê que a matéria aqui tratada pode ser de iniciativa do parlamentar.

Por todo o exposto, apresento o presente parecer-técnico **OPINATIVO**, conforme já se manifestou o Pretório Excelso no sentido de que, caso o projeto de lei em questão tramite por esta Casa de Leis submentendo ao crivo das respectivas Comissões Permanentes as quais cabem, de maneira **VINCULATIVA**, externarem sobre os temas aqui trazidos e, ao plenário desta Casa, órgão soberano deste Poder, decidir, aprovando ou rejeitando o projeto de lei em questão.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Leme/SP, 03 de março de 2.023.


Jorge Luiz Stefano
Diretor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP

C.M. LEME	
Pr <u>42/23</u>	Fis <u>06</u>
<u>0</u>	

Do Expediente

07/03/2023

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☐

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 07/03/23

VISTA

Em 08 de 03 de 2023

Com visita às comissões

Funcionário [assinatura]

Funcionário

Em

de 20

JUNTA

JUNTADA

Em 09 de março de 20 23

foi juntada a estes autos a prova
conferência da COTR e COFC ao
PL 16/23

Funcionário _____

VISTA

05 de

de 20

Com vista

Funcionário _____



Projeto de Lei Complementar nº 16/2023

Ementa: “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, que constatarem indícios de maus tratos aos animais atendidos em comunicar o fato de imediato a Autoridade Policial Civil ou a Guarda Municipal”.

AUTORIA: Vereadora Cintia Grossklauss.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-)

Trata-se de projeto de lei ordinária que busca autorização legislativa para que o projeto em questão venha dispor sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, que constatarem indícios de maus tratos aos animais atendidos, em comunicar o fato de imediato a Autoridade Policial Civil ou a Guarda Municipal

2-)

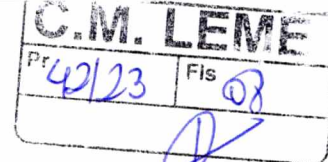
No tocante a proposição em foco, não restam dúvidas de que a proposta busca a uma proteção especial aos animais de qualquer espécie, evitando assim que se estabeleça os maus tratos e muitas vezes até impedindo a guarda irresponsáveis de animais.

3.)

Certo é que tramita junto a Assembleia Legislativa Bandeirante, projeto de Lei com a mesma proposta, de forma que, fica ressaltado, que poderá sofrer imposição hierárquica (para aqueles que adeptos a hierarquia das leis) uma superioridade e, para os que não são imporá a desnecessidade de norma municipal para seu fiel cumprimento.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



4.) –

Portanto, no que concerne à Comissão de Constituição e Redação, entendemos que o projeto em questão, não ofende as Normas Superiores e estando bem redigido e instruído, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação, o mesmo ocorrendo com as emendas apresentadas ao projeto.

5-)

Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade entendemos presente interesse e conveniência, principalmente, porque, traz uma ferramenta para zelar pela saúde dos animais.

6-)

Diante disso, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, por unanimidade de seus Membros são **FAVORÁVEIS** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões “Palmiro Ferreira Vieira”, em 09 de março de 2023.

Pela Comissão C. J.e R.

Ellan Ricardo da Paixão
Presidente


Lourdes Silva Camacho
Vice-Presidente


Francisco Ferreira da Silva
Secretário

Pela Comissão O.F.C.


Francisco Ferreira da Silva
Presidente


Lourdes Silva Camacho
Vice-Presidente

Ellan Ricardo da Paixão
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 42/23	Fis 09

A Ordem do Dia

14 / 03 / 23

PRESIDENTE

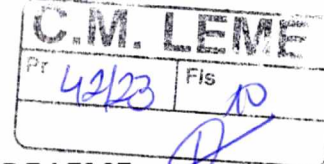
PROJETO DE LEI Nº 16/23, aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação.

Em 14 de março de 2023.

RICARDO DE MORAES CANATA
Presidente Interino



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 16/2023

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO, QUE CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS, EM COMUNICAR O FATO DE IMEDIATO À POLÍCIA CIVIL OU A GUARDA CIVIL MUNICIPAL."

Artigo 1º - Os responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário ficam obrigados a notificar à Polícia Civil ou a Guarda Civil Municipal, ou através da DEPA (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal), os casos em que forem constatados indícios de maus tratos contra animal.

§ 1º - A notificação de que trata o caput conterá:

- I- Nome e endereço da pessoa que estiver acompanhando o animal no momento do atendimento;
- II- Relatório do atendimento prestado, incluindo a espécie, a raça e as características físicas do animal, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados.

§ 2º - O descumprimento do disposto no caput sujeitará o infrator às sanções legais previstas.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 14 de março de 2023.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente Interino



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 42/23	Fis 11

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 18/23

PROJETO DE LEI Nº 16/2023

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO, QUE CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS, EM COMUNICAR O FATO DE IMEDIATO À POLÍCIA CIVIL OU A GUARDA CIVIL MUNICIPAL."

Artigo 1º - Os responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário ficam obrigados a notificar à Polícia Civil ou a Guarda Civil Municipal, ou através da DEPA (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal), os casos em que forem constatados indícios de maus tratos contra animal.

§ 1º - A notificação de que trata o caput conterá:

- I- Nome e endereço da pessoa que estiver acompanhando o animal no momento do atendimento;
- II- Relatório do atendimento prestado, incluindo a espécie, a raça e as características físicas do animal, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados.

§ 2º - O descumprimento do disposto no caput sujeitará o infrator às sanções legais previstas.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 15 de março de 2023.


Ricardo de Moraes Canata
Presidente Interino



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP

Ofício nº 108 / 2023 KM

C.M. LEME	
Pr 42/23	Fis 12

CÓPIA

Leme, 15 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente passamos às mãos de Vossa Excelência os seguintes Autógrafos:

- de Lei Complementar nº 07, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 06/23;
- de Lei nº 17, referente ao Projeto de Lei nº 14/23;
- de Lei nº 18, referente ao Projeto de Lei nº 16/23;
- de Lei nº 19, referente ao Projeto de Lei nº 17/23;
- de Lei nº 20, referente ao Projeto de Lei nº 18/23;
- de Lei nº 21, referente ao Projeto de Lei nº 20/23;

Sem mais, respeitosamente.


RICARDO DE MORAES CANATA
Presidente

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 3703
Data/Hora Processo: 15/03/23 15:35
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: REF: OFÍCIOS Nº108/2023-KM.
Senha internet: 281C7E5
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

CHENG



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP



LEI ORDINÁRIA Nº 4190, DE 06 DE ABRIL DE 2023

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESPONSÁVEIS POR ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO VETERINÁRIO, QUE CONSTATAREM INDÍCIOS DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS, EM COMUNICAR O FATO DE IMEDIATO À POLÍCIA CIVIL OU A GUARDA CIVIL MUNICIPAL."

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, faço saber que a Câmara aprovou e eu, nos termos do artigo 34, parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Artigo 1º - Os responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, ficam obrigados, a notificar à Polícia Civil ou a Guarda Civil Municipal, ou através da DEPA (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal), os casos em que forem constatados indícios de maus tratos contra animal.

§ 1º - A notificação de que trata o caput conterá:

- I- Nome e endereço da pessoa que estiver acompanhando o animal no momento do atendimento;
- II- Relatório do atendimento prestado, incluindo a espécie, a raça e as características físicas do animal, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados.

§ 2º - O descumprimento do disposto no caput sujeitará o infrator às sanções legais previstas.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Leme, 06 de abril de 2023

Ricardo de Moraes Canata
PRESIDENTE

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016

RUA DR. QUERUBINO SOEIRO, 231 – CENTRO – LEME/SP – CEP 13610-080 – PABX: 3097-0100
EMAIL: secretaria@camaraleme.sp.gov.br - SITE: camaraleme.sp.gov.br; PÁGINA FACEBOOK: @camaralemesp

Promulgação de Leis nº 4189 e 4190, 06/04/2023

Cibele Souza <cibele.souza@camaraleme.sp.gov.br>

Qui, 06/04/2023 15:39

Para: Núcleo de Imprensa da Prefeitura do Município de Leme

<nucleodeimprensa@leme.sp.gov.br>; Patricia Magatti <magatti.grafica@gmail.com>



📎 2 anexos (566 KB)

Lei 4189 06_04_23.rtf; Lei n 4190 06_04_23.rtf;

Prezada Patrícia, boa tarde

Segue em anexo documentos para a devida publicação.

Qualquer dúvida estarei à disposição.

Obrigada.

Atte,

Cibele Renata dos Santos Souza

Assistente de Compras e Contratos

Câmara Municipal Leme

R. Dr. Querubino Soeiro nº231

Centro - Leme-SP CEP: 13.610-080

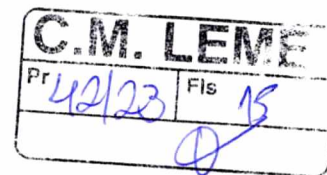
Telefone: (19) 3097-0100

Email:compras@camaraleme.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
LEME/SP

Ofício nº 170 / 2023 – CR



Leme, 06 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência as Leis Ordinárias nº 4.189 e nº 4190, ambas de 06 de abril de 2023, promulgadas por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Claudemir Aparecido Borges

DD. Prefeito Municipal de LEME

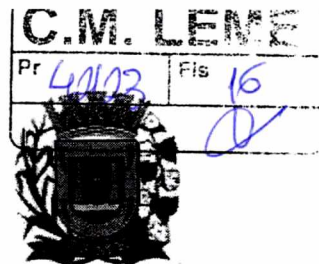
06/04/2023, 15:52

Prefeitura de Leme



Protocolo 10.529/2023

Situação em 06/04/2023 15:52: Novo | Código nº 130.916.808.071.556.136



RICARDO DE MORAES CANATA
(via WEB)

Para

SEADM-NP - Núcle...

SEADM-NP - Núcleo de Protocolo

Em 06/04/2023 às 15:52

Outro

Ofício nº 169 / 2023 – CR

Leme, 06 de abril de 2023.

Ilustríssima Senhora:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência as Leis Ordinárias nº 4.189 e nº 4190, ambas de 06 de abril de 2023, promulgadas por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata

PRESIDENTE

À

Ilustríssima Senhora

PATRÍCIA DE QUEIROZ MAGATTI

Responsável pela Imprensa Oficial do Município de

LEME

Lei_Ordinaria_n_4189_06_04_23.pdf (162,05 KB)

0 downloads

[A revisar](#)

Lei_Ordinaria_n_4190_06_04_23.pdf (203,51 KB)

0 downloads

[A revisar](#)

06/04/2023, 15:52

Prefeitura de Leme

Oficio_n_169_23_Imprensa.pdf (116,45 KB)

A revisar

C.M. LEME	
Pr	Fis
0 downloads	

Transparência — Quem já visualizou

RICARDO DE MORAES CANATA

06/04/2023 às 15:52

Situação atual: Novo

« Voltar - Central de Atendimento

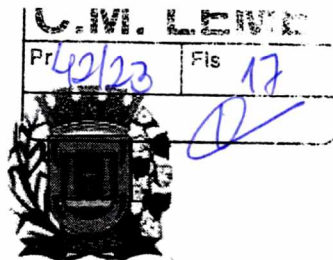
06/04/2023, 15:55

Prefeitura de Leme



Protocolo 10.531/2023

Situação em 06/04/2023 15:55: Novo | Código nº 105.916.808.073.211.961



RICARDO DE MORAES CANATA
(via WEB)

Para

SEADM-NP - Núcle...

SEADM-NP - Núcleo de Protocolo

Em 06/04/2023 às 15:55

Outro

Ofício nº 170 / 2023 – CR

Leme, 06 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência as Leis Ordinárias nº 4.189 e nº 4190, ambas de 06 de abril de 2023, promulgadas por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Claudemir Aparecido Borges

DD. Prefeito Municipal de LEME

Lei_Ordinaria_n_4189_06_04_23.pdf (162,05 KB)

0 downloads

A revisar

Lei_Ordinaria_n_4190_06_04_23.pdf (203,51 KB)

0 downloads

A revisar

06/04/2023, 15:55

Prefeitura de Leme

C.M. LEME	
Pr	Fis
0 downloads	

Oficio_n_170_23_prefeitura.pdf (114,19 KB)

A revisar

Transparência — Quem já visualizou

RICARDO DE MORAES CANATA

06/04/2023 às 15:55

Situação atual: Novo

« Voltar - Central de Atendimento

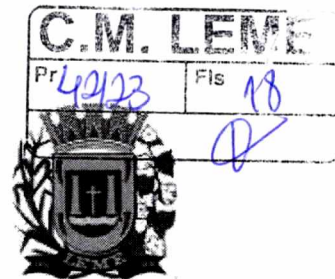
06/04/2023, 15:55

Prefeitura de Leme



Protocolo 10.531/2023

Situação em 06/04/2023 15:55: **Novo** | Código nº 105.916.808.073.211.961



RICARDO DE MORAES CANATA
(via WEB)

Para

SEADM-NP - Núcle...

SEADM-NP - Núcleo de Protocolo

Em 06/04/2023 às 15:55

Outro

Ofício nº 170 / 2023 – CR

Leme, 06 de abril de 2023.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência as Leis Ordinárias nº 4.189 e nº 4190, ambas de 06 de abril de 2023, promulgadas por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata
Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Claudemir Aparecido Borges

DD. Prefeito Municipal de LEME

Lei_Ordinaria_n_4189_06_04_23.pdf (162,05 KB)

0 downloads

A revisar

Lei_Ordinaria_n_4190_06_04_23.pdf (203,51 KB)

0 downloads

A revisar

06/04/2023, 15:55

Prefeitura de Leme

Oficio_n_170_23_prefeitura.pdf (114,19 KB)

A revisar

C.M. LEME	
Pr 42/23	Fis 19
0 downloads	

Transparência — Quem já visualizou

RICARDO DE MORAES CANATA

06/04/2023 às 15:55

Situação atual: Novo

« Voltar - Central de Atendimento

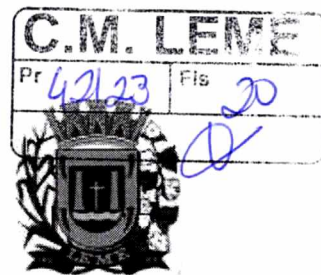
06/04/2023, 15:52

Prefeitura de Leme



Protocolo 10.529/2023

Situação em 06/04/2023 15:52: **Novo** | Código nº 130.916.808.071.556.136



RICARDO DE MORAES CANATA
(via WEB)

Para

SEADM-NP - Núcle...

SEADM-NP - Núcleo de Protocolo

Em 06/04/2023 às 15:52

Outro

Ofício nº 169 / 2023 – CR

Leme, 06 de abril de 2023.

Ilustríssima Senhora:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência as Leis Ordinárias nº 4.189 e nº 4190, ambas de 06 de abril de 2023, promulgadas por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Ricardo de Moraes Canata

PRESIDENTE

À

Ilustríssima Senhora

PATRÍCIA DE QUEIROZ MAGATTI

Responsável pela Imprensa Oficial do Município de

LEME

Lei_Ordinaria_n_4189_06_04_23.pdf (162,05 KB)

0 downloads

[A revisar](#)

Lei_Ordinaria_n_4190_06_04_23.pdf (203,51 KB)

0 downloads

[A revisar](#)

06/04/2023, 15:52

Prefeitura de Leme

Oficio_n_169_23_Imprensa.pdf (116,45 KB)

A revisar

C.M. LEME	
Pr 42123	Fis 21
0 downloads	

Transparência — Quem já visualizou

RICARDO DE MORAES CANATA

06/04/2023 às 15:52

Situação atual: Novo

« Voltar - Central de Atendimento